

# SÃO PAULO: UMA VOLTA AO CAMPO?<sup>1</sup>

Clayton Campanhola<sup>2</sup>  
José Graziano da Silva<sup>3</sup>  
Mauro Eduardo Del Grossi<sup>4</sup>

**RESUMO** – O objetivo deste trabalho é analisar as transformações em curso no meio rural paulista. Uma das principais constatações foi que o êxodo rural nos municípios do interior diminuiu bastante na década de 90 devido ao aumento das ocupações não-agrícolas, o que ajudou a reter parte da mão-de-obra excedente da agricultura. Observa-se que os ramos de atividades não-agrícolas mais expressivos são comuns aos meios rural e urbano, o que torna essas duas áreas similares quanto às ocupações das pessoas. Aborda-se também questões referentes às posições na ocupação dos ramos agrícolas e não-agrícolas dos residentes rurais e propõe-se algumas diretrizes de políticas públicas para o meio rural paulista.

**Palavras-chave:** êxodo rural, ocupações não-agrícolas, novo rural.

## A QUEDA DO ÊXODO RURAL PAULISTA

As informações apresentadas neste texto foram obtidas das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios – PNADs, que são realizadas anualmente pelo IBGE.

A população rural do estado de São Paulo apresentou comportamento distinto na década de 90 quando comparado ao da década anterior. No período de 1981/92, o crescimento demográfico urbano (2,2 % a.a.) era significativamente maior que aquele do meio rural, que estava inclusive diminuindo (- 0,6 % a.a.) (tabela 1). Esse comportamento foi semelhante ao que ocorreu em todo o país, onde o crescimento urbano foi de 2,6 % a.a. e o rural, de - 0,7 % a.a..

**Tabela 1.** Taxas de crescimento demográfico: estado de São Paulo e Brasil, 1981/99.

Abrangência Geográfica	Área censitária	Taxa de Crescimento (% a.a.)		
		1981/92	1992/99	1996/99
SÃO PAULO				
	Total	1,9 ***	1,6 ***	1,5 ***
	Urbana	2,2 ***	1,6 ***	1,4 ***
	Rural	- 0,6	1,3 ***	3,0 **
BRASIL				
	Total	1,8 ***	1,4 ***	1,3 ***
	Urbana	2,6 ***	1,7 ***	1,4 ***
	Rural	- 0,7 ***	0,2 ***	1,1 ***

Obs.: \*\*\*, \*\*, \* indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança pelo teste t, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Fonte: Tabulações especiais Projeto Rurbano, dez. 2000.

Na década de 90, as taxas médias anuais de crescimento demográfico no estado de São Paulo ficaram muito próximas nas duas áreas, com 1,6 % a.a. para o meio urbano e 1,3 % a.a.

<sup>1</sup> Este trabalho faz parte do Projeto Rurbano - Fase III. IE/UNICAMP, Campinas - SP.

<sup>2</sup> Pesquisador III da Embrapa Meio Ambiente, [clayton@cnpma.embrapa.br](mailto:clayton@cnpma.embrapa.br)

<sup>3</sup> Professor Titular do Instituto de Economia – UNICAMP, [graziano@eco.unicamp.br](mailto:graziano@eco.unicamp.br)

<sup>4</sup> Pesquisador do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, [delgross@pr.gov.br](mailto:delgross@pr.gov.br)

para o meio rural, enquanto que no Brasil essa diferença foi maior, sendo as taxas de crescimento, respectivamente, de 1,7 % a.a. e 0,2 % a.a.. Já no período de 1996/99 observa-se uma inversão no estado de São Paulo: a população rural cresceu mais que a população urbana, atingindo uma taxa de crescimento de quase o dobro da taxa de crescimento urbano. Os dados de todo o país mostram a mesma tendência no período, pois embora a taxa de crescimento médio anual do meio rural não tenha sido maior que a taxa de crescimento urbano, ambas estão bastante próximas.

Se observarmos a evolução da população com 10 anos ou mais de idade para São Paulo, a tendência é exatamente a mesma, com pequenas variações nas taxas anuais de crescimento, como, por exemplo, no período de 1996/99 a taxa de crescimento do meio rural foi de 3,7 % a.a., enquanto que a do meio urbano foi de 1,9 % a.a..

O fato de ter havido concordância entre os dados da população total e da população com mais de 10 anos de idade comprova que o crescimento demográfico no meio rural paulista não pode ser explicado pelo simples aumento da natalidade. Esse fenômeno pode ser explicado tanto pela permanência de um maior contingente de pessoas no meio rural devido à diminuição da oferta de empregos nas cidades, assim como pela maior procura do meio rural pelas pessoas urbanas para instalação de suas residências; estas podem ser divididas em dois grupos: o primeiro, com aquelas que continuam tendo suas atividades no meio urbano e o segundo grupo formado por desempregados e aposentados. Não se pode descartar também a possibilidade de que pessoas rurais de outros estados estejam migrando para o meio rural do estado de São Paulo para trabalharem, por exemplo, nas colheitas de cana-de-açúcar e café, podendo estar contribuindo para o aumento populacional rural observado.

### ***O AUMENTO DAS OCUPAÇÕES NÃO-AGRÍCOLAS NA POPULAÇÃO RURAL***

Outro ponto a destacar é que no período de 1992/99 a população economicamente ativa (PEA) ocupada no meio rural do estado de São Paulo aumentou mais que a do meio urbano (tabela 2). Observa-se também que o aumento das ocupações no meio rural paulista foi devido ao aumento de oportunidades não-agrícolas: enquanto o número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas diminuiu significativamente no período de 1992/99 (- 5,0 % a.a.), o número de pessoas engajadas em atividades não-agrícolas aumentou em 5,7 % a.a., no mesmo período. Vale a pena acrescentar que, também nesse período, as pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas cresceram a uma taxa maior no meio rural que no urbano.

Em todo o país, todas essas tendências são muito semelhantes às de São Paulo, com as pessoas do meio rural ocupadas em atividades agrícolas diminuindo a uma taxa de 1,7 % a.a. e aquelas ocupadas em atividades não-agrícolas aumentando em 3,7 % a.a.. A maior diferença está nos crescimentos rural e urbano: no país, a taxa de crescimento da PEA no meio rural não foi maior que a do meio urbano, mas a população rural manteve-se estável.

Uma das hipóteses que pode ser enunciada é que o fenômeno acima relatado é característico apenas das periferias dos grandes centros urbanos. Para testá-la, considerou-se a evolução das pessoas ocupadas nos ramos de atividades agrícolas e não-agrícolas para as diferentes áreas censitárias das regiões não-metropolitanas do estado de São Paulo (tabela 3), descartando-se as regiões metropolitanas<sup>5</sup>. Isso significa que a ênfase vai ser dada aos municí-

---

<sup>5</sup> Isto porque é nestas áreas que se concentra mais de 90% da PEA rural do estado. Uma outra justificativa para a exclusão das regiões metropolitanas é que, segundo Cromartie e Swanson (1996), citados por Balsadi (2000), a expansão das grandes cidades localizadas nas regiões metropolitanas torna muito “borrada” a distinção entre o rural e o urbano, dificultando as análises, ou seja, é como se fosse formada uma grande área “homogênea” entendida pelo seu caráter urbano – toda a dinâmica é dada pelo caráter metropolitano dessa área contínua.

**Tabela 2.** Evolução da população economicamente ativa (PEA) ocupada no estado de São Paulo e no Brasil, no período 1992/99 (n<sup>o</sup> pessoas x 1000)

Situação do Domicílio		1992	1999	Taxa Cresc.
Ramo de Atividade				1992/99 (% a.a.)
<b>SÃO PAULO</b>				
Urbano		12.690	14.123	1,5 ***
	Agrícola	649	511	- 4,2 ***
	Não-agrícola	12.041	13.613	1,8 ***
Rural		1.004	1.063	4,7 *
	Agrícola	612	472	- 5,0 ***
	Não-agrícola	393	591	5,7 ***
<b>BRASIL</b>				
Urbano		46.547	52.765	1,8 ***
	Agrícola	3.669	3.438	- 1,6 ***
	Não-agrícola	42.878	49.327	2,0 ***
Rural		14.689	14.851	- 0,2
	Agrícola	11.193	10.231	- 1,7 ***
	Não-agrícola	3.497	4.620	3,7 ***

Obs.: \*\*\*, \*\*, \* indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança pelo teste t, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Fonte: Tabulações especiais Projeto Rurbano, dez. 2000.

**Tabela 3.** Evolução das pessoas ocupadas nos ramos de atividades agrícolas e não-agrícolas, nas regiões não-metropolitanas do estado de São Paulo, no período 1992/99 (n<sup>o</sup> pessoas x 1000)

Área Censitária	1992	1999	Taxa Cresc. 1992/99	
Ramo de Atividade			(% a.a.)	
Não-Metropolitana (total)	7.127	8.025	1,5 ***	
Urbano exclusive	6.086	6.916	1,7 ***	
	Agrícola	558	420	- 5,0 ***
	Não-agrícola	5.528	6.496	2,3 ***
Periferias	149	139	0,3	
	Agrícola	73	51	- 5,2 *
	Não-agrícola	75	89	3,8 *
Distritos e Povoados	61	89	6,4 ***	
	Agrícola	18	24	2,8
	Não-agrícola	43	64	7,7 **
Rural privado	831	881	- 0,3	
	Agrícola	562	432	- 5,1 ***
	Não-agrícola	269	448	6,9 ***

Obs.: \*\*\*, \*\*, \* indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança pelo teste t, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

pios do interior do estado. Observa-se que o número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas aumentou significativamente no período de 1992/99, em todas as áreas censitárias, enquanto que as ocupações agrícolas diminuíram significativamente no urbano exclusive, nas

periferias e no rural privado<sup>6</sup>. Somente nos distritos e povoados o número de ocupações agrícolas manteve-se estável, embora o número de pessoas ocupadas na agricultura que residiam nesse estrato, em 1999, representasse apenas cerca de 2,5 % do total.

### **A NATUREZA E A DINÂMICA DAS OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS NO MEIO RURAL**

No que se refere aos ramos de atividades não-agrícolas das regiões não-metropolitanas, prestação de serviços, indústria de transformação, comércio de mercadorias, indústria da construção e serviços sociais foram os mais importantes na oferta de ocupações à população rural, no período de 1992/99 (tabela 4). Esses ramos mostraram crescimento significativo no período considerado, exceto indústria de transformação que não mostrou tendência significativa de aumento. Cabe enfatizar que os ramos de atividades mais expressivos em termos de ocupações não-agrícolas – cuja ordem decrescente de importância é: prestação de serviços, indústria de transformação e comércio de mercadorias – são os mesmos para o urbano exclusivo e para o rural privado, o que mostra a similaridade de atividades hoje existente entre áreas com características tão distintas.

**Tabela 4.** Evolução das pessoas residentes em áreas rurais não-metropolitanas segundo o ramo de atividade não-agrícola. Estado de São Paulo, 1992/99 (nº pessoas x 1000)

Área Censitária Ramo de Atividade	1992	1999	Taxa Cresc. 1992/99 (% a.a.)
Rural Não-metropolitano (total)	326	512	6,1 ***
Prestação de Serviços	129	181	5,3 ***
Indústria de Transformação	77	104	1,7
Comércio de Mercadorias	28	62	11,9 ***
Indústria da Construção	25	57	12,4 ***
Serviços Sociais	20	38	7,6 **
Administração Pública	14	19	4,0 *
Serviços Auxiliares	-	17	-
Transporte ou Comunicação	17	15	3,4
Outras Atividades Industriais	8	10	5,9 *

Obs.: \*\*\*, \*\*, \* indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança pelo teste t, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Fonte: Tabulações especiais Projeto Rurbano, dez. 2000.

Quanto aos setores de atividades agrícolas, os mais importantes na absorção de trabalho das populações urbana e rural são: culturas diversas, cultura da cana-de-açúcar, produção de verduras, criação de animais, cafeicultura, criação de aves e cultura do milho (tabela 5). E para os setores não-agrícolas, entre os seis mais importantes para as duas populações, cinco são comuns: emprego doméstico, construção, restaurantes, comércio de alimentos e indústria de alimentos. Essas observações mostram, uma vez mais, a semelhança entre os meios rural e urbano no que concerne as modalidades de atividades econômicas que ocupam as pessoas.

Os setores agrícolas do meio rural dos municípios não-metropolitanos que mais cresceram em número de pessoas ocupadas no período de 1992/99 foram a cultura da soja e a aquíicultura. E os que mais decresceram foram: milho, cotonicultura, culturas diversas, agropecuária, cana-de-açúcar e cafeicultura. Ou seja, está ocorrendo um decréscimo significativo na ocupação de mão-de-obra proporcionada pelos setores agrícolas - culturas

<sup>6</sup> Para uma explicação detalhada dessas aberturas geográficas, ver Souza (2000, p.45-51).

diversas, cana-de-açúcar, cafeicultura e milho - que muito contribuíram no passado na absorção de trabalho rural.

**Tabela 5.** Evolução da população ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas do estado de São Paulo, no período 1992/99 (n<sup>o</sup> pessoas x 1000)

Área Censitária	Setor Principal	1992	1999	Taxa Cresc. 1992/99 (% a.a.)
<b>URBANA</b>				
	<b>Agrícola</b>			
	culturas diversas	169	147	- 3,8 ***
	cana-de-açúcar	152	127	- 5,0 *
	prod. verduras	81	76	1,8
	criação de animais	85	62	- 5,2 ***
	cafeicultura	44	36	- 2,8
	criação de aves	19	19	- 1,7
	cultura de milho	29	15	- 7,5 **
	<b>Não-agrícola</b>			
	emprego doméstico	888	1.154	3,2 ***
	construção	958	1.027	1,3 **
	restaurantes	462	551	2,6 *
	estab. ensino público	394	443	1,1
	comércio alimentos	283	356	3,2 ***
	indústria alimentos	374	329	- 1,8 ***
<b>RURAL</b>				
	<b>Agrícola</b>			
	criação de animais	181	184	- 2,3
	culturas diversas	135	114	- 5,1 *
	cafeicultura	52	40	- 2,4
	prod. verduras	38	35	0,3
	cana-de-açúcar	47	32	- 7,8 **
	criação de aves	22	19	- 1,2
	cultura de milho	47	19	- 8,1 **
	<b>Não-agrícola</b>			
	emprego doméstico	94	124	4,6 ***
	construção	29	64	10,7 ***
	restaurantes	17	27	7,4 **
	comércio alimentos	7	18	12,8 ***
	indústria	14	18	- 2,3
	indústria alimentos	30	16	- 8,5 **

Obs.: \*\*\*, \*\*, \* indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança pelo teste t, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

No caso dos setores não-agrícolas do meio rural não-metropolitano, os que mais cresceram em número de pessoas ocupadas, no período de 1992/99 foram: construção, emprego doméstico, comércio de alimentos e restaurantes, enquanto que os que mais diminuíram foram: indústria de alimentos, assistência técnica de veículos e transporte terrestre.

Note-se que os setores que aumentaram em termos de absorção de mão-de-obra rural mostram relação direta e indireta com as atividades turísticas no meio rural: na construção de residências de fins-de-semana (segunda residência dos urbanos) e de chácaras de recreio, na demanda por serviços domésticos de empregada doméstica, diarista, faxineira, arrumadeira, cozinheira, jardineiro, caseiro, vigia, etc., nos serviços de restaurante e no comércio de alimentos. É importante deixar claro que essas novas demandas são originadas no meio

urbano, não tendo nenhuma relação com demandas decorrentes das rendas geradas pelas atividades agrícolas.

A tabela 6 apresenta a variável posição na ocupação como abertura principal. Pode-se, observar que nas regiões não-metropolitanas rurais todas as posições do ramo agrícola apresentaram uma forte e significativa redução no período de 1992/99, exceto empregadores que se mantiveram estáveis. Esses decréscimos significam que está havendo uma migração de pessoas de atividades agrícolas para as não-agrícolas, principalmente dos não-remunerados, que são os membros das famílias dos agricultores por conta-própria que vão buscar trabalho fora da agricultura para complementar a renda familiar. Esse fato pode indicar uma mudança nos padrões da agricultura familiar, com um maior contingente de famílias pluriativas, nas quais ao menos um de seus membros trabalha na agricultura e os outros não.

**Tabela 6.** Evolução da população rural não-metropolitana do estado de São Paulo, segundo a posição na ocupação, no período 1992/99 (n<sup>o</sup> pessoas x 1000)

Ramo de Atividade Posição na Ocupação	1992	1999	Taxa cresc. 1992/99 (% a.a.)	Taxa cresc. 1996/99 (% a.a.)
<b>RURAL NÃO-METROPOLITANO (total)</b>	938	985	- 0,3	1,4
Agrícola	612	472	- 5,0 ***	- 3,4
Empregados	257	245	- 2,9 *	- 1,2
Contas-Próprias	119	107	- 3,2 ***	1,8
Empregadores	37	22	- 5,4	13,5 ***
Não-remunerados	198	98	- 10,0 ***	- 13,2
Não-Agrícola	326	512	6,1 ***	6,7 ***
Empregados	273	389	5,2 ***	3,7 ***
Contas-Próprias	37	87	10,6 ***	14,9 **
Empregadores	10	20	6,6	38,6 **
Não-remunerados	5	17	11,1	28,4
<b>RURAL PRIVADO NÃO-METR. (total)</b>	831	881	- 0,3	1,4
Agrícola	562	432	- 5,1 ***	- 3,4
Empregados	244	230	- 3,1 *	- 1,5
Contas-Próprias	110	99	- 3,2 ***	0,8
Empregadores	37	19	- 6,6 *	10,0 *
Não-remunerados	171	84	- 10,4 ***	- 12,4
Não-Agrícola	269	448	6,9 ***	7,2 ***
Empregados	225	337	6,0 ***	3,7 **
Contas-Próprias	30	78	11,6 ***	19,1 **
Empregadores	10	19	7,8 *	35,9 **
Não-remunerados	5	13	9,0	24,2

Obs.: \*\*\*, \*\*, \* indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança pelo teste t, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Porém, no período de 1996/99, no ramo agrícola somente os empregadores mostraram aumento significativo de 13,5 % a.a., enquanto que as demais posições permaneceram mais ou menos constantes (as variações observadas não são significativas). É interessante notar que a esse aumento no número de empregadores não correspondeu um aumento no número de empregados agrícolas. Já no caso do ramo não-agrícola as tendências no último período (1996/99) foram semelhantes àquelas do período integral, exceto para os empregadores, que

mostraram um aumento significativo no último período de análise. Ao contrário do que se observou para os empregadores agrícolas, neste caso o aumento no número de empregadores gerou um aumento no número de empregados.

Na tabela 6 são apresentadas em separado as áreas rurais privadas não-metropolitanas (que constituem um subconjunto das áreas rurais que excluem as vilas e povoados do interior do estado), que são apenas as áreas onde predominam as atividades agropecuárias. Constatase que no rural privado ocorrem as mesmas tendências de todo o rural não-metropolitano, porém, o decréscimo de empregadores agrícolas e o aumento no número de empregadores não-agrícolas no período de 1992/99 são ambos estatisticamente significativos<sup>7</sup>.

Por outro lado, em toda a região rural não-metropolitana, as posições no ramo não-agrícola apresentaram aumentos significativos para empregados (5,2 % a.a.) e contas-próprias (10,6 % a.a.) no período de 1992/99, enquanto os empregadores e não-remunerados não mostraram tendência de queda ou aumento (tabela 6). A área do rural privado não-metropolitano mostrou comportamento muito próximo a todo o rural não-metropolitano, tanto em termos quantitativos como nas taxas de crescimento, exceto no caso da ocupação de empregadores, que mostrou tendência significativa de crescimento (7,8 % a.a.). Como já mencionado, parte dos aumentos dos empregados e contas-próprias não-agrícolas rurais está relacionada ao fluxo dos contas-próprias e dos não-remunerados agrícolas para aquelas posições. No período de 1996/99, os empregados, contas-próprias e não-remunerados mostraram a mesma tendência de toda a década, mas os empregadores aqui também mostraram um aumento bastante significativo (de 38,6 % a.a. no rural não-metropolitano e 35,9 % a.a. no rural privado não-metropolitano). Esse aumento de empregadores pode estar indicando que o meio rural tem atraído novas atividades, gerando novos postos de trabalhos, e contribuindo para que o número de empregados também aumente.

A predominância quantitativa dos empregados não-agrícolas, em 1999, confirma trabalho anterior onde foi registrado que a PEA rural não-agrícola era predominantemente formada por empregados, cujas participações no total de ocupados variaram de 83,5% a 75,8%, entre 1992 e 1998 (Balsadi, 2000). Segundo o autor, no final dos anos 90, quase a metade dos homens ocupados e residentes rurais das regiões não-metropolitanas paulistas e 70% das mulheres estavam ocupados em atividades fora da agricultura, a maioria na condição de empregados.

Cabe ainda comentar o aumento significativo de pessoas inativas no meio rural paulista na década de 90, principalmente dos desempregados (procurando emprego) e dos aposentados e/ou pensionistas. Por exemplo, no meio rural não-metropolitano, o número de desempregados aumentou em 19,2 % a.a. e o de aposentados e/ou pensionistas cresceu 5,2 % a.a., no período de 1992/99 (tabela 7).

É interessante observar que do total da população com mais de 10 anos de idade do meio rural não-metropolitano paulista, próximo à metade é constituída de não ocupados (tabela 7). E também que do total da população rural não-metropolitana e não-ocupada em 1999, cerca de 90 % concentra-se no rural privado, mostrando que nessa área, além da ocorrência das novas dinâmicas não-agrícolas, há também um contingente significativo da população rural inativa.

---

<sup>7</sup> O corte metropolitano/não-metropolitano é utilizado pelo USDA para analisar a evolução da população rural nos EUA. Na maioria das vezes utiliza-se ali o rural como equivalente ao não-metropolitano (ver a respeito Cromartie & Calvin, 1997). No caso brasileiro, porém, julgamos que o melhor corte é abrir o não-metropolitano em urbano e rural; e dentro das áreas rurais procurar isolar aquelas que se referem exclusivamente às atividades agropecuárias das fazendas e seus moradores, que estamos denominando aqui de rural privado (ver a respeito: Souza, 2000).

**Tabela 7.** Evolução das pessoas não-ocupadas do meio rural não-metropolitano do estado de São Paulo, no período 1992/99 (n<sup>o</sup> pessoas x 1000)

Área Censitária			Taxa cresc.	Taxa cresc.
Categoria de Não-ocupado	1992	1999	1992/99 (% a.a.)	1996/99 (% a.a.)
<b>RURAL NÃO-METROPOLITANO</b>				
População com mais de 10 anos	1.576	1.865	1,6 ***	3,6 ***
População não-ocupada	639	880	4,1 ***	6,3 ***
Desempregados	34	103	19,2 ***	29,3 **
Aposentados e/ou pensionistas	95	137	5,2 ***	5,3
Outros inativos	510	640	2,5 ***	4,0 *
<b>RURAL PRIVADO NÃO-METROPOLITANO</b>				
População com mais de 10 anos	1.417	1.677	1,5 **	3,3 **
População não-ocupada	586	797	3,8 ***	5,6 ***
Desempregados	29	87	19,2 ***	23,0 *
Aposentados e/ou pensionistas	87	123	5,0 ***	5,0
Outros inativos	470	587	2,2 ***	3,7

Obs.: \*\*\*, \*\*, \* indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança pelo teste t, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Observa-se ainda que a concentração de aposentados e/ou pensionistas na área do rural privado é maior que a de pessoas desempregadas, mostrando que o meio rural está se constituindo em local de refúgio para os idosos, que buscam melhorar sua qualidade de vida (maior contato com a natureza, acesso ao ar puro, tranqüilidade, etc.) e ao mesmo tempo fugir da violência das cidades. Por outro lado, a taxa de crescimento dos desempregados é muito maior que a dos aposentados e/ou pensionistas, nos dois períodos considerados, podendo-se concluir que os desempregados também estão buscando o meio rural paulista para moradia.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O meio rural tem abrigado um número cada vez maior de aposentados e/ou pensionistas, assim como de pessoas desempregadas. O fato do número de desempregados estar aumentando a taxas bastante elevadas significa que mesmo com o aumento das ocupações não-agrícolas, estas não estão sendo suficientes para absorver todo o contingente de pessoas que procuram emprego. Essa constatação evidencia a necessidade de se desenhar políticas agrícolas ativas que absorvam mão-de-obra rural, uma vez que a oferta de ocupações não-agrícolas não está sendo suficiente para atender toda a demanda de empregos da população rural.

Apesar da existência de todas essas novas oportunidades de renda disponíveis à população rural, as atividades que absorvem a mão-de-obra rural são geralmente aquelas que remuneram pior, pois não exigem qualificação ou especialização profissional. Aos residentes rurais que deixam a agricultura e vão em busca de outro trabalho restam ocupações como as de serviços domésticos, diarista doméstica, ajudante diversos, servente faxineiro, ajudante de pedreiro, cozinheiro não-doméstico, vendedor ambulante, guarda, vigia, jardineiro, etc. Por outro lado, as ocupações não-agrícolas que exigem maior qualificação, como é o caso de pedreiro, motorista, ajudante de mecânico de máquinas, professores de nível primário, auxiliar de serviços médicos, técnicos industriais, recepcionista, auxiliar administrativo, etc. são em sua maioria preenchidas por pessoas que residem ou residiam no meio urbano. Essas constatações mostram que não basta apenas as oportunidades existirem: devem ser oferecidas condições mínimas às populações de baixa renda para que possam competir em novos

mercados de trabalho em igualdade de condições. Nesse sentido, destaca-se a importância do papel do Estado no desenho de políticas que corrijam essas distorções.

Os argumentos acima reafirmam as observações de Reardon & Berdegue (1999), citados por Balsadi (2000), voltadas para países da América Latina. Os autores reconhecem a importância e a generalização das ocupações e das rendas rurais não-agrícolas, mas também argumentam que os tipos de ocupação que ajudariam as famílias rurais mais pobres a melhorar sua condição de vida estão desigualmente distribuídos. Por isso, consideram que há uma forte bimodalidade nos retornos das atividades rurais não-agrícolas, sendo que as famílias pobres geralmente não têm acesso a essas oportunidades nem possuem os meios (educação e formação profissional, capital, por exemplo) para tirar vantagem das atividades que melhor remuneram os trabalhadores. Como consequência, essas famílias estariam sujeitas ao trabalho em atividades equivalentes à agricultura de subsistência, com baixa produtividade, baixos salários, instabilidade no emprego e reduzido potencial de crescimento e ascensão na carreira profissional.

O trabalho conduzido por Balsadi (2000) para as regiões não-metropolitanas do estado de São Paulo no período de 1992/98 oferece subsídios em relação à qualidade dos empregos agrícolas e não-agrícolas. Com o objetivo de comparar esses dois grupos de ocupações, o autor propôs um índice de qualidade do emprego (IQE), a partir de indicadores ligados ao rendimento no trabalho principal, ao grau de formalização do trabalho e aos benefícios recebidos pelos empregados. Para os homens residentes no meio rural, todos os grupos de ocupações não-agrícolas (indústria de transformação, comércio não-especializado, motoristas, serviços domésticos, serviços não-domésticos e construção civil) tiveram melhores IQEs que o grupo de trabalhadores permanentes e temporários na agricultura. No caso das mulheres a situação é diferente: muitas estão envolvidas com serviços domésticos, que representa quase 50% dos seus empregos não-agrícolas, e cujo IQE somente superou o de trabalhadores temporários na agricultura. Mesmo assim, cabe o registro de que era nesta modalidade de ocupação agrícola (trabalho volante) que grande parte delas se ocupava anteriormente, de onde se conclui que a sua migração para os serviços domésticos resultou em melhoria na qualidade do seu emprego. E mais, no final dos anos 90, diferentemente do que se observou para os homens, para as mulheres eram maiores as disparidades na qualidade do trabalho entre as empregadas residentes no meio rural e as residentes nas cidades, para os mesmos grupos de ocupações, sendo que os empregos urbanos sempre remuneravam mais.

Portanto, o grande desafio das políticas públicas é romper o tradicionalismo que prevalece nas propostas de desenvolvimento rural, que tratam o meio rural como exclusivamente agrícola, desprezando as grandes transformações que têm ocorrido nessa área. Na realidade, a grande mudança é que o meio rural deixou de ser apenas o local de produção agropecuária para se tornar também um local de consumo final de bens e serviços relacionados às seguintes atividades: turismo rural, artesanato, restaurantes, lazer, etc. Não se pode descartar o grande impulso recente de algumas atividades agropecuárias cujos produtos são direcionados a “nichos” de mercado específicos e bem caracterizados. Entre essas atividades destacam-se a produção orgânica de alimentos, a criação de aves nobres e outros animais, a piscicultura, a floricultura e a hidroponia. Contudo, não há regras pré-definidas para o sucesso de empreendimentos dessa natureza, devendo-se levar em conta: a possibilidade de diversificação de atividades no estabelecimento rural, a capacitação adequada para a gestão técnica e financeira das atividades, assim como a definição dos canais de comercialização dos produtos. Essas premissas são necessárias mas não suficientes, pois ao pequeno empreendedor rural, seja ele agrícola ou não-agrícola, não há muito o que fazer individualmente e de forma isolada. Assim sendo, um dos fatores cruciais para seu sucesso é buscar a associação ou parceria com outros empreendedores rurais da comunidade, pois essa estratégia irá facilitar todas as etapas de suas atividades, desde o planejamento, aquisição de

insumos e contratação de serviços até a venda de seus produtos de modo mais eficiente e lucrativo.

Um primeiro passo no sentido de promover uma mudança na situação atual seria colocar à disposição da população rural os mesmos serviços oferecidos à população urbana, quais sejam: educação, saúde, habitação, redes de água e esgoto, coleta de lixo, energia elétrica, sistema de comunicação, transporte, etc., a fim de que existam condições mínimas àquela população para o exercício da cidadania.

Além disso, o novo enfoque para integrar as oportunidades agrícolas e não-agrícolas em um programa de desenvolvimento rural vai exigir não só uma revisão profunda da institucionalidade pública, incluindo os seus instrumentos estratégicos e operacionais, como também uma reformulação das legislações trabalhista, tributária, ambiental e de ocupação da terra, de modo a torná-las mais adequadas às novas dinâmicas de emprego e renda hoje presentes no meio rural brasileiro. Contudo, esse processo de revisão da estrutura e das funções públicas deve ser controlado pela gestão participativa da comunidade e pelo respeito à individualidade de cada localidade.

Finalmente, vale a pena considerar a hipótese de ter-se iniciado no final dos anos 90 um processo de desconcentração populacional da região metropolitana da Grande São Paulo. Em parte, o crescimento das atividades não-agrícolas em áreas do interior do estado mostra o resultado de uma década de crise que se traduziu na perda do dinamismo industrial, com resultados na ocupação e renda da região metropolitana, que tradicionalmente concentra 2/3 ou mais dos empregos do estado.

Mas também, essa descentralização se tornou possível devido ao desenvolvimento das novas tecnologias no setor de telecomunicações e informática, assim como a melhoria no sistema de transportes no estado. Ou seja, hoje as pequenas e médias cidades do interior podem aspirar um outro “status” que não o de serem apenas cidades satélites ou dormitórios para a população que trabalha na indústria das grandes metrópoles.

O que está ocorrendo no estado de São Paulo pode ser o prenúncio de um novo padrão de desenvolvimento urbano e rural do país nos próximos anos, no qual as pequenas e médias cidades passem a desempenhar um importante papel como centro de serviços produtivos e pessoais.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BALSADI, O.V. **Características do emprego rural no estado de São Paulo nos anos 90**. Campinas: UNICAMP – IE, 2000, 128p. Tese, Mestrado.
- CAMPANHOLA, C., GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro**. Jaguariúna, SP: Embrapa Meio Ambiente, 2000. (4 vols.)
- CROMARTIE, F., CALVIN, B. População Rural dos EUA se recupera nos anos 90. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v.17, n.3, p.7-9, 1997.
- DEL GROSSI, M.E. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981–1995**. Campinas: UNICAMP – IE, 1999. Tese, Doutorado.
- KLEIN, E. **El empleo rural no agrícola en America Latina**. Santiago de Chile: PREALC, 1992 (Documento de Trabajo 364).
- MATTEI, L. Pluriatividade e desenvolvimento rural no estado de Santa Catarina. Campinas: UNICAMP – IE, 1999. Tese, Doutorado.
- SOUZA, M. de. **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Paraná**. Campinas: UNICAMP – FEAGRI, 2000. Tese, Doutorado.
- WELLER, J. El empleo rural no agropecuario en el Istmo Centroamericano. **Revista de la Cepal**, v.62, p.75-90, 1997.